# DISCURSO DE POSSE DO PRESIDENTE DO CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL

Assembleia da República, 8 de Novembro de 2011

*José Albino da Silva Peneda*

Senhora Presidente da Assembleia da República,
Senhores Ministros,
Senhor Governador do Banco de Portugal
Senhores Secretários de Estado,
Senhores Deputados,
Senhores Dirigentes das Confederações de Empregadores,
Senhores Dirigentes das Confederações Sindicais,
Senhores Conselheiros e Senhores Árbitros,
Excelências,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

As minhas primeiras palavras são dirigidas a Vossa Excelência, Senhora Presidente.

Nos últimos anos, especialmente durante o tempo em que fomos colegas no Parlamento Europeu, consolidei uma grande admiração pessoal pelas qualidades intelectuais e pessoais da Senhora Doutora Maria da Assunção Esteves.

O elevado apreço que nutro por si, Senhora Presidente, situa-se no domínio dos valores que cultiva, que moldam um espírito muito crítico, inquieto e exigente e que contribuíram para a formação de uma personalidade baseada em convicções muito sólidas.

Porque sei que temos a mesma ideia de que o exercício da política sem convicções é mero oportunismo, Vossa Excelência permitir-me-á afirmar, de forma pública, que se um dia alguém tiver de procurar a actual Presidente do nosso Parlamento, encontrá-la-á sempre no mesmo sítio, na tranquilidade da sua consciência, mesmo que para isso tenha que arrostar com o desconforto do isolamento.

Para além dos aspectos formais esta é a razão para lhe dizer que é uma subida honra ser empossado nestas funções por Vossa Excelência.

Dado que é a segunda vez que tomo posse de Presidente do Conselho Económico e Social (CES) parece-me útil fazer um resumo, ainda que breve, das actividades desenvolvidas pelo Conselho durante os quase dois anos em que exerci as mesmas funções em que hoje sou novamente empossado, por vontade expressa da Assembleia da República.

Assim, foram elaborados, aprovados e submetidos à Assembleia da República os pareceres sobre as Grandes Opções do Plano 2009-2013, sobre a Proposta de Lei dos Orçamentos do Estado para 2010 e 2011 e sobre as Contas Gerais do Estado de 2008 e 2009.

Todos estes pareceres mereceram uma votação favorável muito expressiva, o que significa que, em todos eles, o grau de compromisso obtido entre os Senhores Conselheiros foi muito elevado.

O CES aprovou ainda por sua própria iniciativa, em Julho de 2010, um outro parecer e muito crítico sobre o Futuro da zona Euro, também oportunamente enviado ao Parlamento.

Neste período, o CES promoveu outras iniciativas sobre diversos temas, dos quais destaco o debate acerca da "Estratégia Europa 2020" e a sua aplicação a Portugal; a apresentação e debate do "Livro verde com vista a sistemas de pensões europeus adequados, sustentáveis e seguros", publicado pela Comissão Europeia; a análise e debate acerca da situação económica nacional e internacional com a participação do Governador do Banco de Portugal; a análise da governação económica europeia, com a presença do deputado ao Parlamento Europeu, Diogo Feio e um seminário sobre "O Futuro dos Serviços Sociais de Interesse Geral e os Desafios nas Convenções Colectivas na União Europeia", com a participação de deputados europeus e nacionais.

O CES ainda aprovou, por minha proposta e por unanimidade, a elaboração dos seguintes Pareceres de Iniciativa:

- Um, sobre as consequências económicas, sociais e organizacionais decorrentes do aumento da população idosa na

sociedade portuguesa. Neste Parecer deverá ser incluída não só uma análise sobre as possíveis formas de evolução do papel do Estado, do sector privado e do terceiro sector em conjugação com as famílias, mas também os efeitos na economia, no mercado de trabalho e no potencial desenvolvimento de um conjunto de actividades relacionadas com a prestação de serviços de apoio à população dependente. Ao fim e ao cabo, trata-se de procurar saber como é que o país no seu todo se deve organizar para enfrentar um problema de grandes dimensões, como é o que resulta da evolução demográfica.

- Um outro parecer de iniciativa será elaborado e versará sobre a competitividade das cidades, coesão social e ordenamento do território, no qual se procurará identificar novos instrumentos de política nas suas dimensões económica, social, do ordenamento do território e da governação urbana.

No que se refere à Concertação Social o CES secretariou e apoiou de forma activa 31 reuniões da Comissão Permanente de Concertação Social. Quero destacar nesta sede a aprovação, em Março de 2011, de um compromisso tripartido entre o Governo, UGT e as Confederações da Indústria, do Comércio e do Turismo, sobre competitividade e emprego.

Quanto ao Instituto de Arbitragem, funcionaram no CES cerca de cem tribunais arbitrais que conduziram à notificação de decisões em

idêntico número, que foram, na sua esmagadora maioria, votadas por unanimidade.

Aos Senhores Conselheiros e aos Senhores Árbitros que de forma empenhada e com espírito de abertura participaram nos trabalhos do Conselho Económico e Social quero deixar registada uma palavra de sentido apreço. Esta palavra é extensiva a todos os colaboradores do CES que, com elevado sentido de profissionalismo nunca regatearam esforços.

Continuo a pensar que o CES, dada a sua composição, que reflecte os mais variados grupos de interesse da sociedade portuguesa, pode constituir-se numa mais-valia nos processos de decisão política do país.

A maior vantagem dos pareceres emitidos pelo CES resulta do facto de não espelharem qualquer tipo de visão específica, de grupo ou sectorial, antes sendo o resultado de processos de negociação entre diferentes interesses. Graças a um processo de decisão que obriga a exercícios de negociação e conciliação entre as partes, esses pareceres acabam por conter um alto grau de compromisso, o que permite aos órgãos de soberania acederem a opiniões que reflectem o sentido geral do pensamento da sociedade portuguesa sobre os temas em análise.

O CES publica como anexo ao Parecer que hoje irá votar sobre o Orçamento de Estado para 2012 um extracto de várias

recomendações feitas nos seus pareceres desde 1998 sobre a situação económica e financeira do país. Recomendo a sua leitura. Facilmente se concluirá que se o CES tivesse sido ouvido a situação do país seria hoje muito diferente.

É meu propósito continuar a criar condições para que os Senhores Conselheiros, que representam os múltiplos e diversificados interesses no CES, possam analisar, confrontar e discutir as suas posições sobre todos os assuntos relevantes, com vista a serem obtidos consensos tão alargados quanto possível.

Desde há muito que tenho a forte convicção das virtualidades do desenvolvimento de uma cultura de compromisso baseada em formas de diálogo estruturado.

As características da evolução da nossa sociedade estão na base desta minha convicção.

Vou apontar cinco pontos desta evolução recente.

Primeiro: assistimos hoje a uma maior diversidade, mobilidade e fragmentação que tem tido como consequência o surgimento de novas formas de organização que exercem pressão sobre os decisores políticos para que os processos de elaboração de políticas sejam alargados a novos participantes

Segundo: é cada vez mais intensa a importância das interdependências, sejam elas financeiras, económicas, entre mercados ou processos. Este elevado nível de interdependência entre tudo e todos faz com que os processos de decisão se tenham tornado mais complexos, porque têm de ter em consideração diferentes tipos de interesses, por vezes mesmo antagónicos.

Terceiro: este nosso tempo obriga os decisores políticos a tentar perceber e antecipar os interesses dos grupos na sociedade. A atitude adaptativa, que consiste em reagir às situações apenas quando elas se transformam em problemas, tem como resultado respostas insuficientes e tardias e, quantas vezes atabalhoadas, porque no momento em que os decisores reagem a um dado problema, normalmente o leque de opções já é muito reduzido.

Quarto: a ideia de que os decisores políticos geriam um dado território delimitado por fronteiras físicas pertence definitivamente ao passado. A necessidade de tomar opções que permitam adaptações inteligentes, relativamente às mudanças que se sucedem à escala planetária, a um ritmo que nunca foi experimentado anteriormente, obriga à auscultação de múltiplos interesses.

Quinto: é cada vez mais claro que os centros de decisão política são apenas mais um entre outros que influenciam a vida dos cidadãos. Seria desejável que esses centros fossem suficientemente fortes para que o interesse geral se sobrepusesse

aos interesses particulares ou de grupo. Enganam-se aqueles que pensam que essa força resulta apenas da legitimidade democrática. Essa força é consequência, também e cada vez mais, da capacidade de relacionamento entre decisores políticos e diferentes parceiros económicos e sociais.

Mas não é só a evolução das características da sociedade do nosso tempo que justificam a necessidade de reforçar os mecanismos de diálogo. Também é o modo como se aplicam no terreno as políticas públicas. Imaginemos que num dado momento estamos perante um conjunto de política públicas concebidas de modo excepcional. Para que essas políticas venham a ter sucesso é preciso, em primeiro lugar, que a opinião pública as sinta como necessárias. Este é o trabalho dos políticos. Mas isso pode não ser suficiente. Ainda falta toda a fase da concretização no terreno, o que significa que, desde a fase da concepção até à execução das políticas públicas, torna-se necessário desenvolver formas de interacção entre múltiplos agentes, não só no seio da administração pública, mas também fora dela. É aqui que também as formas de diálogo estruturado se podem revelar da maior utilidade.

Mas a mais importante razão que justifica esta necessidade tem a ver com o facto de que os dirigentes políticos, parceiros sociais e demais instituições têm de estar preparados para conviver em ambientes onde os níveis de confiança tenderão a ser baixos. Com este enquadramento, o caminho será tanto mais fácil de percorrer quanto maior for o nível de confiança mútua. Ora, parece-me claro

que os níveis de confiança mútua serão tanto mais elevados, quanto mais intensificado for o diálogo estruturado.

Essa procura de equilíbrios não se pode construir na base de soluções simplistas, mas sim através de um trabalho sério e de verdade, em que a economia esteja permanentemente escrutinada, auditada e avaliada, de modo a ser mais facilmente entendida pelos cidadãos e evitar surpresas desagradáveis.

Nesta difícil conjuntura que vivemos também será importante que os dirigentes políticos, os parceiros sociais e as instituições que representam os mais diversos interesses da sociedade civil saibam distinguir o importante do acessório, sob pena de se gastarem energias no supérfluo.

É neste contexto que o CES terá de continuar a desenvolver esforços junto da opinião pública para promover a sensibilização e a compreensão dos resultados das acções diálogo social.

Senhora Presidente,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Uma visão para o futuro e um clima de redobrada confiança não surge por decreto, nem pela vontade de um único homem ou governo. Ao fim e ao cabo, como quase tudo na vida, depende de nós e da nossa capacidade de mobilização e de organização.

Uma só ideia não mudará o país. A mudança desejável obriga à mobilização de muitas e diferentes ideias e será da interacção entre elas que as coisas poderão melhorar.

Acontece que a criação de novas ideias vive da colaboração saudável e sem temor e eu tenho a consciência que no nosso caso as coisas não são fáceis, desde logo porque a sociedade portuguesa parece sofrer de uma espécie de falta de confiança crónica nas relações interpessoais.

Também, por esta razão, o exercício de formas de diálogo estruturado é um instrumento que, se for bem gerido, pode contribuir para a remoção de barreiras sem sentido.

É minha intenção propor aos Senhores Conselheiros iniciativas que possam contribuir para a dinamização deste esforço colectivo.

Perspectivar o futuro, através da acção do presente é o que de mais nobre encerra a actividade política. Sendo um exercício muito estimulante, trata-se de uma tarefa complexa e difícil.

Mesmo tendo consciência dessas dificuldades, não se pode deixar de valorizar o facto de que o exercício de formas de diálogo estruturado deve ser visto também como uma das expressões mais autênticas do exercício de cidadania e da afirmação de valores essenciais à existência humana, como é a liberdade.

Uma última palavra gostaria de dirigir aos Senhores Deputados que me deram a honra, com a sua expressiva votação, de exercer as funções para as quais acabo de ser empossado pela Senhora Presidente da Assembleia da República.

Essa palavra pretende ser a síntese muito objectiva do meu desejo para a missão do Conselho Económico e Social durante o mandato que agora início.

- Que o Conselho Económico e Social possa contribuir para a consolidação de processos de decisão, em que seja cada vez mais difícil encontrar vencedores e vencidos e mais facilmente a vitória possa ser atribuída ao interesse geral.

- Que o Conselho Económico e Social possa ter um papel importante relevante no desenvolvimento de uma cultura de compromisso criadora de valor, por contraponto a uma cultura de confrontação que, normalmente, destrói valor.

- Que o Conselho Económico e Social possa contribuir para um esforço de mobilização em torno da ideia fundamental de que, para além de equilibrar as nossas contas, temos de criar as condições para o desenvolvimento de uma estratégia inteligente e urgente de crescimento e solidariedade, tão concertada quanto possível, única via para de forma honrada pagar o que devemos e voltar a conviver com o sentimento da esperança.

Muito obrigado.